



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARAIBA
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARAIBA
GABINETE DO PROCURADOR REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO/PRPB**

ATA DE REUNIÃO

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro de 2022, às 10h, por meio de videoconferência realizada pelo sistema Zoom, reuniram-se:

- **Janaina Andrade de Sousa**, Procuradora da República;
- **José Guilherme Ferraz da Costa**, Procurador da República;
- **Marcela de Almeida Maia Asfora**, Procuradora do Trabalho;
- **Raulino Maracará Coutinho Filho**, Procurador do Trabalho;
- **Adriana Amorim de Lacerda**, Promotora de Justiça;
- **Fabiana Maria Lobo da Silva**, Promotora de Justiça;
- **Bradson Tibério Luna Camelo**, Procurador-Geral do Ministério Público de Contas da Paraíba;
- **Delano Tavares**, Associação dos Produtores de Eventos da Paraíba;
- **Juca Onze**, ABRAPE Nacional;
- **Thiago Nóbrega**, Luan Promoções e Eventos;
- **Késsia Liliana**, Superintendente do PROCON/PB;
- **Alline Grisi**, Diretora de Vigilância em Saúde de João Pessoa;
- **Amanita de Sá Maia**, Chefe da Assessoria Técnica da SMS/JP;
- **Manuela Germoglio**, Diretora de Vigilância Sanitária de Cabedelo;
- **Júlia Vaz**, Diretora de Vigilância em Saúde de Cabedelo;
- **Murilo Suassuna**, Secretário de Saúde de Cabedelo;
- **Bruno Nóbrega**, Procurador-Geral do Município de João Pessoa;

- **Geraldo Antônio Medeiros**, Secretaria Estadual de Saúde;
- **Geraldo Moreira de Menezes**, AGEVISA/PB;
- **Caio César Gomes Leal**, Secretaria Estadual de Saúde.

Aberta a reunião, o Procurador da República **José Guilherme Ferraz da Costa** explanou o cenário atual da Pandemia, destacando que, em virtude especialmente das falhas ocorridas nos sistemas informatizados do Ministério da Saúde nas últimas semanas, há grande subnotificação dos casos de Covid-19. Ademais, é fato notório o quadro crescente de casos da enfermidade, tendo o CONASS divulgado dados concretos nesse sentido, o que motivou o convite à presente reunião.

Dada a palavra à Procuradora da República **Janaina Andrade de Sousa**, recepcionou os presentes e explicou o objeto da reunião, explanando que, conforme diretrizes do CNMP, os diversos ramos do Ministério Público estão atuando de forma conjunta. Afirmou que o cenário atual da Pandemia da Covid-19 é diferente do cenário de dezembro/2021, com o incremento de casos, falta de testes, alta de atendimentos hospitalares em ambiente ambulatorial, falta de medicamentos e insumos, em que pese ainda não haver alteração significativa nas internações, porém, impactando em outras áreas, como no atraso de cirurgias eletivas. Afirmou que, em momento passado, quando o cenário era favorável à realização de eventos, o próprio setor muito contribuiu para a divulgação das medidas sanitárias adequadas e para a vacinação. Contudo, destacou o recrudescimento ocorrido nos últimos 15 (quinze) dias, tendo o último boletim do Estado da Paraíba indicado, inclusive, a ocorrência de 25 (vinte e cinco) óbitos em 04 (quatro) dias. Ainda apontou a baixa adesão à aplicação da dose de reforço, até mesmo em virtude da impossibilidade de muitas pessoas que estão acometidas pelo novo Coronavírus saírem de casa para serem vacinadas.

Explicou que o objetivo do Ministério Público não é intervir na atividade econômica, que já se encontra combalida em virtude do massivo afastamento de trabalhadores com síndromes gripais. Contudo, cuidados básicos não vem sendo tomados em eventos festivos, especialmente no mês de janeiro, pois, indubitavelmente, as pessoas presentes nos eventos não adotaram os cuidados básicos dos protocolos sanitários adequados. Por tais razões e diante do cenário epidemiológico, a presente reunião foi convocada para que o Ministério Público, no exercício das suas funções de acompanhamento e mediação, obtenha esclarecimento de todos sobre o cenário atual e informações das autoridades sanitárias sobre eventuais medidas em andamento para enfrentamento do quadro de agravamento da disseminação da covid-19.

Geraldo Menezes, por parte da AGEVISA destacou que o órgão em que trabalha se faz presente aos eventos, juntamente com as Vigilâncias municipais. O cenário encontrado é de que, mesmo que as promotoras de eventos tenham mais funcionários, são mal orientados, o que provoca aglomerações de pessoas sem máscaras em filas e até mesmo no trânsito. As pessoas só utilizam máscaras no momento da entrada nos eventos, retirando logo depois que entram. As vigilâncias têm orientado os eventos a suprir falhas, por exemplo, abrindo novas entradas para diluir as aglomerações. No interior do Estado há relatos até mesmo de pessoas ameaçando profissionais das Vigilâncias Sanitárias, sendo necessário uso de força policial. Ressalta que a cobrança do passaporte vacinal e das identificações é feita de forma eficaz, sendo o grande problema as aglomerações nas entradas e dentro dos eventos.

Alline Grisi informou que em João Pessoa não há grandes shows, sendo grande parte em Cabedelo, como uma formatura marcada para o dia 03/02/2022 na Domus Hall. Afirmou que o teste é eficaz para detectar se o cidadão está positivo ou negativo. Realmente as pessoas não respeitam o uso da máscara, contudo, quando havia eventos com exigência de teste, não havia grande incidência de casos. A área da saúde de João Pessoa nunca deixou nas mãos dos eventos a fiscalização, sendo realizada fiscalização pelos próprios órgãos públicos. Assim, acredita que com a redução da capacidade de público para 40% ou 50%, juntamente com a exigência de teste RT-PCR ou antígeno, tais medidas seriam eficazes.

Janaina Andrade questionou se tais medidas seriam suficientes tendo em vista que, mantida a realização de shows, inevitavelmente haveria redução da força de trabalho das empresas por afastamentos, afetando até a viabilidade econômica dos eventos.

O Secretário Estadual de Saúde **Geraldo Antônio Medeiros** informa que o atual momento é o cenário epidemiológico mais contagioso de toda a pandemia, em virtude da capacidade de propagação da variante ômicron. Já se divulga na comunidade médica que nenhum vírus, nem mesmo o do sarampo, tem essa capacidade de propagação. Em que pese não traga tanta mortalidade, já há aumento de ocupação de leitos, com Brasília, por exemplo, com 100% de leitos ocupados. Em que pese a Paraíba ainda não ter alta de ocupação hospitalar, tal cenário não se perdurará, com previsão de que em março haverá novo pico de casos e óbitos. Criou-se a falsa impressão de que a variante ômicron vai infectar todas as pessoas, porém, ninguém teria maiores consequências. Contudo, os dados já apontam para o aumento de casos de internações. As aglomerações, nos espaços públicos e privados, aumentaram, tendo havido, inclusive, shows com 25 mil pessoas, mesmo com passaporte de vacina solicitado. Tal cenário foi ideal para a propagação da variante ômicron. Como médico, não entende que todas as atividades devem estar abertas. Quanto aos shows, entende que é impossível, mesmo com o engajamento de todos, controlar todas as pessoas para que utilizem

máscaras. Diante de todo o cenário epidemiológico, entende que é impossível continuar com a realização de shows, sob pena de uma piora ainda mais acentuada desse quadro. Complementou que a análise do quantitativo de pessoas é questionável, pois, mesmo com público diminuído, havendo consumo de bebida alcoólica, o distanciamento social acaba sendo prejudicado.

Marcela de Almeida Maia Asfóra aduziu que o MPT vem acompanhando todo o curso da pandemia. Destacou que, em 2021, havia outro cenário, com possibilidade de flexibilização para a realização de eventos. Contudo, atualmente, o cenário é preocupante, com o aumento da ocupação de leitos. A preocupação do MPT é, principalmente, com a saúde dos trabalhadores, vendo-se um grande número de afastamentos do trabalho em todos os setores. A realidade nos eventos é de que restou muito difícil a observância dos protocolos sanitários, não havendo massivo uso de máscaras e nem mesmo distanciamento entre as pessoas.

Fabiana Maria Lobo da Silva aduziu que o Decreto atual é bastante flexível, com a necessidade de expedição de novo ato diante do cenário atual, até mesmo para que os Promotores de Justiça possam atuar respaldados por algum ato normativo. Quanto à proposta de exigência de testes, é necessário ressaltar que faltam insumos em João Pessoa, por exemplo, o que tornaria inviável a exigência de testes para a realização de shows.

Adriana Amorim aduziu que não é o público dos shows, jovens em sua maioria, que mais terá consequências se infectado, mas sim a população mais vulnerável e até mais pobre, que poderá ter problema de acesso à rede hospitalar. Também destacou a falta de testes na rede pública e privada de Campina Grande. Questionou o Plano Novo Normal, visto que vários índices ali contidos já foram modificados. Destaca que Campina Grande é referência para 69 (sessenta e nove) municípios, merecendo especial atenção o setor de pediatria, de forma que o aumento no número de internações trará grande impacto para a rede pública de saúde como um todo.

José Guilherme pontuou a necessidade da Secretaria Estadual de Saúde estabelecer diretrizes para que os municípios atuem de forma coordenada.

Geraldo Antônio Medeiros destacou que 92% da população adulta já está em fase avançada da vacinação, ao passo que a vacinação de crianças apenas começou, de forma que tal público é motivo de preocupação, pois já há notícias de muitas internações infantis, de crianças com ou sem comorbidades, como é o caso de Belo Horizonte/MG. Destaca que, nas

UTI's, há um percentual considerável de pessoas vacinadas com três doses, como pessoas idosas e com comorbidades, infectadas por jovens que trazem a doença para casa. Com relação ao Plano Novo Normal, destaca que, com a flexibilização do isolamento social, essa variável acabou sendo prejudicada, porém, com o recrudescimento da Pandemia, será necessário reavaliar o Plano. No tocante aos testes, muitos servidores do LACEN estão afastados, e a demanda é altíssima, de forma que os resultados estão atrasados. A liberação dos auto-testes pela ANVISA é importante, desde que haja alimentação de bancos de dados. Lembrou que até março deve ocorrer o pico das infecções pela variante ômicron, e, a partir daí, a pandemia pode virar uma endemia.

Késsia Liliana afirmou que as principais queixas dos fiscais do PROCON é a falta de conscientização por parte dos consumidores, que sempre retiram as máscaras, e organizadores, que não têm número suficiente de funcionários, muitos não utilizando ou utilizando inadequadamente as máscaras. Rememora que o PROCON não é indústria de multas, porém, não houve um único show que não houvesse desrespeito aos protocolos. O próprio PROCON está com uma parte significativa da equipe afastada, mesmo assim, atende aos pedidos de fiscalização. Com relação ao fato de João Pessoa não ter muitos shows, é sua população que frequente shows de cidades vizinhas.

Delano Tavares agradeceu ao Ministério Público por sempre estar aberto ao diálogo. Afirmou que o setor sempre prezou pelas condições de saúde da população, mesmo sendo o primeiro a parar e o último a voltar, sendo, dessa forma, o mais penalizado durante toda a Pandemia. Rememorou que toda uma cadeia é afetada, desde o cantor que realiza o show até a pessoa que limpa o banheiro do local do evento. Acompanhou os eventos da região metropolitana de João Pessoa, inclusive em Cabedelo, onde foi firmado um TAC com o MPPB. Sabe que, em alguns eventos, o próprio público desobedeceu aos protocolos de segurança. O setor sempre estimulou a vacinação das pessoas, cobrando os comprovantes, e também está disposto a exigir testes para as pessoas, mesmo que isso onere demasiadamente os consumidores e organizadores. Teve contato com dois empresários do ramo de laboratórios, que informaram que nos próximos dez a quinze dias, a oferta de testes deve ser normalizada. Entende que pode ser restringido o público nos próximos dias. Preocupa-se com a previsão de novo pico até março, questionando até mesmo a eficácia da vacina. Estados vizinhos liberaram eventos, em que pese haver restrições de público, de forma que, se a Paraíba proibir eventos, as pessoas podem ir para outros Estados e voltarem contaminadas, ocupando os leitos da Paraíba, o que demanda uma análise global. Lembra que entende haver restrições, mas pondera que o setor não deve parar totalmente. O evento com maior público até agora teve 12 mil pessoas.

Thiago Nóbrega afirmou que os eventos realizados na cidade de Cabedelo respeitaram a limitação de 60%, e que grande parte dos problemas foi da própria população que chegou atrasada. Entende que se o setor parar mais uma vez será muito prejudicial, e que há outros setores que também provocam aglomerações, como o transporte público, que não são penalizados como os shows são. Ressalta que grande parte dos trabalhadores contratados são terceirizados, de forma que sempre é possível suprir a força de trabalho.

Raulino Maracajá ressaltou que os tomadores de serviços podem ser responsabilizados pelas contaminações de trabalhadores terceirizados, sendo necessário realizar a fiscalização, por exemplo, de equipamentos de proteção individual.

Janaina Andrade ressaltou a eficácia da vacina, alertando que, mesmo com o engajamento de vários setores para que a população se vacine, muitas pessoas não foram se vacinar. Também destacou que houve muito desrespeito da população à observância de protocolos e até mesmo aos fiscais, que, por exemplo, em Lucena, precisaram de escolta policial. Destacou que hotéis mostraram desrespeito às normas, realizando grandes shows. É necessário que o setor de eventos construa uma imagem de respeito às normas. Entende que a cadeia de pessoas no setor de eventos é muito grande, merecendo especial atenção a proteção dos trabalhadores da área. Solicita que o setor de eventos também faça suas propostas acerca da realização dos próximos eventos.

José Guilherme rememorou que o setor de transporte público é um serviço essencial, de forma que o tratamento não pode ser o mesmo do setor de eventos. Também afirmou que os contratos de concessão dos ônibus têm limitações, a serem tratadas pelos próprios municípios.

Delano Tavares afirmou que o setor é plenamente favorável à vacinação. Com relação à imagem que o setor passa à população, concorda que precisa haver uma desmistificação, contudo, quando há uma decisão de proibir os eventos, a imagem que se passa é de que o setor é o grande vilão. Acredita que podem ser adotadas medidas como as que foram feitas em outros estados, como a limitação do número de pessoas, com a manutenção de diálogo a cada 15 dias, analisando os cenários. Uma proposta apresentada pelo setor é a diminuição de capacidade (de 80% para 60%), como foi feito no município de Cabedelo, acompanhada de uma limitação no número absoluto de 5.000 pessoas, como ocorre no município de Tibau do Sul/RN, além da exigência de comprovação de vacinação e teste RT/PCR de no máximo 72 horas. Mencionou inclusive que o Estado vizinho de Pernambuco esta adotando o limite máximo de 3.000 pessoas por evento.

Juca Onze ressalta que, no início da Pandemia, seis milhões de trabalhadores do setor ficaram parados. Os artistas estão aceitando se apresentar com cachês menores para não pararem. A ABRAPE nacional tem um infectologista realizando um estudo para comprovar que, com a adoção dos protocolos, os eventos são seguros. Acredita que há mais segurança nos eventos, que solicitam comprovantes de vacinação, do que eventos menores, às vezes familiares, que não exigem qualquer documentação. Os eventos clandestinos são o grande problema. Concorde que deve haver redução dos eventos, apenas entendendo que não deve haver uma parada total.

José Guilherme informou que, no Estado da Paraíba, na sua percepção, os gestores tem sido bastante sensíveis às reivindicações do setor, tanto que permanece autorizada ainda a realização de eventos com restrição menor. Ponderou também que, se já há eventos clandestinos que aumentam a contaminação, autorizar outros eventos poderia trazer um cenário ainda pior. Esclareceu ainda que a política pública de saúde não pode se pautar por estudos contratados por entidades privadas, em que pese ser possível que as autoridades sanitárias considerem as manifestações dos mais diversos setores.

Bruno Nóbrega pediu a palavra, ressaltando que cada município do Estado tem sua realidade local. João Pessoa tem uma capacidade maior de fiscalização. O prefeito tem a posição de que há necessidade de redução da capacidade total, para que se estabeleça o patamar em torno de 50%, com a limitação também do número absoluto de pessoas, também por volta de 5.000 pessoas, como foi feito em Belo Horizonte/MG, sem prejuízo da exigência do teste RT/PCR. Será feita uma reunião pela Prefeitura para tratar do assunto.

José Guilherme ressaltou que seria importante a equipe técnica do município de João Pessoa participar dos debates com o Estado da Paraíba para que haja uniformidade das exigências. Também destacou que podem ser adotadas medidas para aprimorar a fiscalização, para que restrições porventura adotadas sejam efetivamente cumpridas.

Janaina Andrade ressaltou a necessidade de que, havendo testagem obrigatória, também serem testados os funcionários, bem como a capacitação de mais funcionários contratados para a fiscalização das normas de distanciamento social, uso de máscaras e outros protocolos, ao que **Delano Tavares** não se opôs. **Marcela Asfóra** destacou que os trabalhadores também são pessoas que estarão dentro dos eventos, portanto, também têm que ser testados.

Geraldo Menezes também destacou a necessidade de os trabalhadores terceirizados serem testados, tendo **Delano Tavares** destacado que estes também serão testados. **Marcela Asfóra** destacou mais uma vez que todos os presentes deverão estar testados (consumidores, trabalhadores próprios e terceirizados). **Geraldo Menezes** ressaltou que as vigilâncias sanitárias poderiam exigir os testes dos trabalhadores dentro dos eventos.

Bradson Camelo solicitou que a SES envie com brevidade aos MPs as decisões que adotar para ajuste do Plano Novo Normal e novos decretos editados, para o devido acompanhamento.

Manuela Germoglio informou que a vigilância sanitária de Cabedelo esteve presente em todos os eventos realizados no município. Houve problema no primeiro dia do Fest Verão, em que houve atraso na abertura dos portões, sendo, então, realizada nova reunião, o que evitou problemas nos outros dias do evento. A fiscalização foi realizada de acordo com o TAC firmado com o MPPB, não havendo problemas em outros eventos menores.

José Guilherme Ferraz da Costa facultou a palavra aos demais participantes que quisessem fazer uso da palavra, não tendo ninguém se manifestado. Agradeceu, então, aos presentes, destacando a importância do diálogo com todos os lados afetados e que precisam ser ouvidos, aguardando-se o breve posicionamento da autoridade estadual sobre panorama retratado na reunião, a qual poderá acolher ou não a proposta apresentada, inclusive editar medidas mais rigorosas que entender cabíveis, conforme realidade epidemiológica.

Encerrada a reunião, foram feitos os seguintes encaminhamentos a presente ata de reunião será encaminhada ao Chefe do poder Executivo Estadual, para que considere os argumentos apresentados por todos os envolvidos, quando da reavaliação do Plano Novo Normal e eventual expedição de novos Decretos.

João Pessoa/PB, data da assinatura eletrônica.

Janaina Andrade de Sousa

Procuradora da República

José Guilherme Ferraz da Costa

Procurador da República

Marcela de Almeida Maia Asfora

Procuradora do Trabalho

Raulino Maracajá Coutinho Filho

Procurador do Trabalho

Adriana Amorim de Lacerda

Promotora de Justiça

Maria das Graças de Azevedo Santos

Promotora de Justiça

Fabiana Maria Lobo da Silva

Promotora de Justiça

Bradson Tibério Luna Camelo

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas da Paraíba



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PB-00003981/2022 ATA nº 36-2022**

Signatário(a): **JOSE GUILHERME FERRAZ DA COSTA**

Data e Hora: **29/01/2022 14:27:30**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JANAINA ANDRADE DE SOUSA**

Data e Hora: **29/01/2022 14:34:45**

Assinado com certificado digital

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave e235ea98.4503a598.a49f242a.6fd02cae